

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no SCS Quadra 06, Bloco A, 2º Andar – Sede da SEGETH, Brasília - DF, ocorreu a 23ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1– Ordem do dia: 1a)** Aprovação das Atas 27ª Reunião Extraordinária. **1b)** Apresentação dos resultados do enfrentamento à Crise Hídrica/Casa Civil. **1c)** Apreciação do Relatório de Autoavaliação do PROGESTÃO/CTPA. **1d)** Revisão das Normas de Outorgas no DF/SEMA. **2. Informes: 2a)** Validação dos representantes das Câmaras Técnicas do CNRH e de um membro para as plenárias. Não havendo quórum para primeira convocação, a reunião foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, Presidente do Conselho, André Lima, que presidiu a reunião, e os Conselheiros listados no final desta Ata. **O Presidente** deu por aberta a 23ª Reunião Ordinária do CRH/DF, justificando o atraso de alguns membros, por conta de eventos políticos realizados na cidade, e em seguida procedendo com o **Item 1a da pauta**. Não houve consideração ou ajuste à Ata, a mesma foi aprovada por unanimidade e assinada nesta reunião. Em seguida passou ao **Item 1b da pauta**, que foi apresentado pelo **Diretor Presidente da ADASA**, senhor **Paulo Salles**, informando que a apresentação refere-se ao trabalho de enfrentamento da crise hídrica realizado pela ADASA, como forma de preparar a gestão, monitorar e acompanhar o processo de crise hídrica, bem como, a curva de acompanhamento dos reservatórios de águas e a discussão da tarifa de contingência e o racionamento e as ações previstas para os próximos meses. O apresentador enfatizou que a situação é muito grave visto que os volumes dos reservatórios estão bem abaixo do normal. Informou que o volume captado pela CAESB é bem menor que o captado em 2016. Esclareceu que, sobre a contenção de uso, antes, só era feito campanhas publicitárias. Hoje, além de campanhas intensas, existe a tarifa de contingência, e também o rodízio com racionamento de um dia. Estas ações têm efeito muito positivo no abastecimento de águas no DF. Lembrou que hoje o DF tem possibilidade de ofertar mais água nos próximos meses, com obras que já estão em andamento. Há, também, um conjunto de normas e ações sendo tomadas, a exemplo da mobilização da população, que tem sido muito importante. O apresentador mostrou a média de captação da CAESB nos três últimos três anos, na Bacia do Descoberto e na Bacia do Santa Maria-Torto. O Presidente da ADASA lembrou que a situação da Bacia do Santa Maria é mais complicada porque, além da captação no reservatório existe também a captação do Ribeirão do Torto que também teve diminuição de captação. Sobre as medidas estruturantes, disse que a captação do Lago Paranoá já está com obras iniciadas. O Ribeirão Bananal está com as obras em andamento e perspectiva de funcionamento em setembro de 2017. As obras do Sistema Corumbá IV serão retomadas no início de junho de 2017. Existem várias iniciativas de recuperação de pequenas vazões, como é o caso do Córrego Crispim. Sobre a tecnologia aplicada, o apresentador trouxe as seguintes informações: i) O sistema de informações está avançado, com imagens de monitoramento aéreo, base de dados ampliada, diversos tipos de mapas e integração com outras instituições, permitindo a diversificação de mapas de informações, monitoramento remoto em vários casos, coletas de dados *in locu* e aplicativo para anotar o consumo de água gasta em hidrômetro. ii) Sobre as ações de fiscalização informou que na Bacia do Descoberto, em 2017, foram observadas 160 captações superficiais, 188 subterrâneas além de 17 canais que foram objeto da fiscalização. iii) Falou da ampliação da infraestrutura de monitoramento de recursos hídricos. Esclareceu que foi criada a curva de acompanhamento dos níveis do reservatório do Descoberto, que permitiu estabelecer metas a serem atingidas. Quanto às vazões dos afluentes do reservatório: utilizar as mesmas vazões afluentes de 2016,

uma vez que, apesar de se esperar vazões afluentes inferiores para 2017, por efeito da depreciação do fluxo de base, considerou-se que as ações de fiscalização na bacia e a redução de captação por parte dos irrigantes a montante da barragem compensarão o déficit observado em relação ao último ano. Quanto à captação média mensal da CAESB: manter a captação média mensal de 3,8 m³/s até outubro; a partir de outubro, a captação média mensal deverá passar para 3,1 m³/s, devido ao início da captação emergencial de 0,7 m³/s no Lago Paranoá. Quanto ao volume útil inicial para a simulação: considerar a data de 30/04/2017, quando o reservatório do Descoberto apresentava 56% da capacidade total de armazenamento. O apresentador seguiu apresentando os fluxos e valores de consumo de águas monitoradas pela ADASA. Com relação à tarifa de contingência e racionamento, mostrou o consumo de água indicado nos três últimos anos, no período de setembro a março, por unidade usuária. Disse que a tarifa de contingência tem como objetivo sinalizar ao usuário a necessidade da redução de consumo e cobrir custos adicionais decorrentes da situação de escassez. Apresentou o planejamento mais imediato da ADASA i) Monitoramento dos reservatórios; ii) Campanhas educativas intensas; iii) Campanhas de hidrometração; iv) Alimentação do sistema digital em tempo real; v) Fortalecimento do sistema de gerenciamento de recursos hídricos; vi) Fazer marco regulatório do Descoberto e Santa Maria. Finalizou. O Conselheiro **Mourão/Fórum de ONGs** observou que um dos aspectos fundamentais da demanda de utilização da água está em um fator que não foi representado aqui e que precisa de alguma forma estar somada nessa transparência para a sociedade, que são as perdas da CAESB. Disse o Conselheiro que fica claro que a tarifa de contingência funciona e é justa se trabalhada com parâmetros diferentes dos trabalhados inicialmente. Disse, também, que sua avaliação da curva de funcionamento do sistema hídrico do DF é extremamente crítica em relação ao que sendo apresentado. Observou que a disponibilidade hídrica e mudança climática vêm sendo reduzidas de maneira bem clara nas curvas apresentadas, e a população deve saber disso, pois precisam reduzir o seu consumo. Disse que deve se pensar em uma política pública para recompor os reservatórios e não só para dar uma solução imediata, para este ano. O Conselheiro falou também que deve ser trabalhada formas de concessão de outorga para empreendimentos futuros. A Conselheira **Maria do Carmo/CAESB** observou que perdas é sempre um trabalho contínuo e muito difícil. Informou que a CAESB está com projeto aprovado e já com ordem de serviço, com recursos do BID, para o projeto de perdas da CAESB, sendo mais de 200 milhões a serem investidos em perdas. Lembrou que há mais de um ano não é feito investimento em perdas. Disse que a retirada da tarifa de contingência surpreende porque, se de um lado ela mostra as questões do Descoberto, por outro, não vê as pessoas tão envolvidas em reduzir seus consumos. E como os reservatórios são grandes, poderia se ter outra visão da tarifa de contingência em termos de faixas mais elevadas. Sobre a disponibilidade hídrica e mudanças climáticas, disse que tanto a CAESB quanto a população devem fazer mudanças de paradigmas, incorporando essas mudanças nos planos diretores, e também trabalhar sistemas com mais folgas e mais investimentos em infraestrutura ao longo dos períodos. Sobre a educação ambiental, a Conselheira disse entender que não vem atingindo a mudança de hábito e de consumo, e que as campanhas estão muito tímidas e devem mudar o enfoque, pois as mesmas não refletem mudanças de hábitos. O **Conselheiro Montenegro/ABES-DF** observou que combater sistematicamente as perdas no DF é uma medida fundamental, pois as perdas talvez sejam o indicador mais global de eficiência de um prestador de serviço de abastecimento de água. Disse que além da crise hídrica, o DF está vivendo uma crise social e econômica da maior profundidade, por consequência de desempregos e consequentes inadimplências, seguidas de cortes da prestação de serviços de fornecimento de água. No entanto, a Organização das Nações Unidas - ONU estabeleceu que não se pode deixar uma família sem água por falta de pagamento do serviço. Por isso, deve haver uma maneira de

equacionar esse problema. O Conselheiro lembrou que há aumento significativo de doenças causado pelo consumo de água de má qualidade ingerida pela população, por isso é imprescindível o monitoramento da qualidade da água. **O Presidente** agradeceu ao senhor **Paulo Salles** pela sua presença e apresentação, reconhecendo o esforço da ADASA no enfrentamento da crise hídrica no DF, uma crise que também tem relação com efeitos externos à sua gestão. **O Presidente** concordou com a manifestação do Conselheiro **Mourão** no sentido de que a curva apresentada indica que este ano passa com margem pequena, ou seja, qualquer erro um pouco mais grosseiro pode levar a uma situação ainda mais grave e mais crítica da situação. **O Presidente** reforçou a necessidade de se pensar não apenas em 2017, mas também nos anos vindouros. Disse se preocupar que a curva não demonstra aonde chegará ao final de 2018, e observou que a tarifa de contingência não é só aumentar, mas também reduzir para aquelas que estão muito abaixo dos 10 metros e aumentar progressivamente para aquelas que estão muito acima dos 10 metros, de forma a se dispensar o segundo dia de racionamento, que esse sim poderá ser grave, sobretudo para o comércio. A **Conselheira Regina Fittipaldi / Fórum de ONGs** enfatizou que toda crise é uma oportunidade de aprendizagem, no entanto, não se pode, neste momento, fazer prospecções nas quais não tenham um mínimo de consistência para avaliar a situação. E nesse sentido, a Conselheira disse que deve se sair do olhar meramente técnico e pontual sobre as questões e passar a construir um olhar sistêmico sobre a realidade antes de avançar em determinados empreendimentos. A Conselheira apresentou a questão do Taquari, e ressaltou que deve se levar em consideração: i) A questão das águas pluviais do setor, ii) O Taquari não tem projeto de utilização de água para o setor, iii) Trata-se de área de recarga, iv) Não tem um estudo sobre o impacto da impermeabilização sobre a área da recarga e sobre o impacto que isso possa gerar nas nascentes da Serrinha do Paranoá. Disse que todo o esgoto da expansão do Taquari vai para a ET do Lago Norte. A oradora propôs, para o Taquari, que o Comitê de Bacias promova uma gestão de resolução de conflitos para a gestão das águas entre os diferentes atores. Sugeriu, também, que o CRH convide o Comitê de Bacias para compartilhar com os Conselheiros de que forma está promovendo a mediação de conflitos entre os diferentes atores envolvidos com o Projeto Taquari. **Diretor Presidente da ADASA**, senhor **Paulo Salles**, observou que a primeira coisa a se entender é que a curva é uma curva de simulação, e que simulação sempre tem pressupostos e um cenário inicial, e que deve ser revista à luz de novos dados surgidos ao longo do tempo. Lembrou que a ADASA está olhando para o futuro e ajustando as medidas presentes com vistas no futuro. Observou que a tarifa de contingência é sempre uma polêmica e, no entanto, para retirar a tarifa de contingência é preciso olhar o atingimento da meta. E que o Governador Rodrigo Rollemberg tem respeitado as posições técnicas, diferente de outros Estados do Brasil, em que o Poder Executivo não reconhece a importância das agências reguladoras. Disse que a outorga que a ADASA dá para empreendimentos começa com outorga prévia e não como uma autorização de uso. O Presidente da ADASA agradeceu a oportunidade. **O Presidente** lembrou que a tarifa de contingência deve ser usada mesmo mais pelo efeito pedagógico e didático e, se não for possível mantê-la, que na revisão de tarifas se pense na modalidade de progressividade. Disse que não se deve vê a curva como uma previsão de futuro, mas sim como meta para 2018. O **Senhor Alexandre Ribeiro/Casa Civil** informou que o Relatório de acompanhamento do enfrentamento da crise hídrica feito pela Casa Civil está estruturado em seis dimensões: fiscalização, socioeconomia, regulação, comunicação, educação e estrutura. Para todas essas dimensões, exceto a socioeconômica, já há objetivos, ações e indicadores, disse. O plano foi feito pelo Escritório de Projetos da Governadoria, com apoio técnico e acompanhamento da Casa Civil. O objetivo do plano é consolidar as iniciativas de Governo para o enfrentamento da crise hídrica, além de outras ações feitas pela SEMA e IBRAM. O plano é um conjunto de ações pensadas com a premissa de integração e

compartilhamento de informações, ou seja, coordenar ações de Governo para o enfrentamento de restrição de consumo de água. Disse que o foco da atividade de fiscalização é tanto a parte de captação de águas superficiais como também a questão do parcelamento de solo irregular. A ideia é avançar na questão do acompanhamento e monitoramento, visando à qualidade da água. Sobre a infraestrutura, disse que está dividida em duas grandes ações: ação da EMATER em relação à atuação em atividades rurais, e ações da CAESB, que se referem ao aumento de oferta de água como também a melhoria da eficiência da rede e diminuição das perdas de água. Informou que a ADASA está investindo fortemente em sistemas e equipamentos para fazer o monitoramento para trazer a informação e trabalhar com inteligência e fazer previsões e poder atuar de forma ativa e não somente passiva. Propor ações para o melhor gerenciamento dos recursos hídricos. O apresentador falou da conscientização das crianças, através do Projeto Mensageiro da Água, que aborda aspectos do consumo racional da água como também o combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Outro projeto mencionado foi o de que a escola que economizar água, o valor referente à economia voltará como recurso para a escola gastar em melhorias nela mesma. E a escola que aumentar o seu consumo de água, reduz os recursos para manutenção. Observou que o objetivo é que as próximas campanhas publicitárias sejam mais incisivas no sentido de convencer a população sobre a economia de água. Disse que a preocupação é saber sobre o impacto na economia por conta do segundo dia de racionamento, e mesmo não tendo o segundo dia, saber se já há impactos e como pode se antecipar e se organizar para minimizar o impacto socioeconômico dessas medidas de racionamento e enfrentamento da crise. **O Presidente** agradeceu pela apresentação e falou da importância da divulgação dessas ações para o Conselho. O Conselheiro **Mourão/Fórum de ONGs** falou da importância e necessidade do sistema de fiscalização no DF e do desafio de se colocar isso de forma sistemática e efetiva, que possa ser aproveitada no futuro com eficácia e que tenha a devida transparência, visto que até então isso tem sido uma atitude de Governo e não de Estado. Criticou a questão da comunicação, ressaltando que não se está tratando a crise da forma adequada, mas sim tratando com benevolência, ou seja, olhando como se não fosse uma crise. Falou da importância de o Governo tratar a comunicação de forma mais séria, falando para a população que a crise é grave. O **Senhor Denilson Magalhães/SES** informou que a Subsecretaria de Políticas Públicas conseguiu avançar na questão da regulamentação dos caminhões pipas em um prazo bom, sendo que a partir de junho de 2017 será iniciada a fiscalização desses caminhões, e também previsto o monitoramento. Disse que desde fevereiro de 2017 tem havido outro impacto, que é o aumento de reservatórios com focos no mosquito *Aedes aegypti*. Como há preocupação com o uso de inseticidas, o que tem sido feito é a aceleração do processo de implantação do projeto da CAESB, chamado Mensageiros da Água, em conjunto com o Projeto Escola Sem Mosquito, com o intuito de influenciar os estudantes a mudarem de hábito e adotarem hábitos mais saudáveis e levar isso para os domicílios também. Os dois programas serão lançados oficialmente no dia 9 de junho de 2017. Sobre a qualidade da água para consumo humano, disse que a Subsecretaria tem hoje capacidade instalada no Laboratório Central de Saúde Pública para realizar 40 análises por semana, e que o Mensageiro da Água também tem o compromisso de ajudar no monitoramento e controle da qualidade da água dentro das escolas, e que há a intenção de expandir isso para outros setores públicos além das unidades de saúde. Não há capacidade de atender demandas dos setores privados, informou. **O Presidente André Lima** agradeceu ao **Senhor Argileu Martins, da EMATER**, pelo trabalho realizado no meio rural. **O Senhor Marcelo** esclareceu que não se trata de projeto de Governo, mas sim de projeto de Estado. No que diz respeito à regulamentação, informou que o Plano Integrado já previu a iniciativa de uma ação focado na elaboração de uma regulamentação de como deve funcionar um grupo integrado de fiscalização. Disse que foram procurados a respeito do

caminhão pipa, e que dia 15 de maio de 2017 foi publicada Instrução Normativa sobre o assunto. O **Conselheiro Montenegro/ABES-DF** questionou o que é o Subsistema Definitivo do Lago Norte. Lembrou que o fato da falta de água aumentar o número de pontos de criadouros de mosquitos da dengue remete para a necessidade de incrementar a comunicação. Disse que é preciso fazer mais, em particular, articulando com alguns setores da sociedade, com estudantes universitários para fazer mutirões relativos a essas questões do controle do reservatório domiciliar. Destacou que a qualidade da água para consumo humano, que está regulamentada por Portaria do Ministério da Saúde, com dois tipos de atividades: controle da qualidade (responsabilidade da CAESB) e vigilância sobre a qualidade (responsabilidade da Secretaria de Saúde). Em situação de risco, sugeriu que a Diretoria de Vigilância Ambiental da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – DIVAL/SES/DF e a CAESB mapeiem o resultado da vigilância para identificar quais locais são mais frágeis e exigir que o controle seja aumentado nessas áreas e também no controle de qualidade da água. O **Conselheiro Luiz Mourão/Fórum de ONGs** alertou que deve pautar a questão da qualidade de água por dois motivos: i) As medições devem ser respeitadas e apresentadas pela CAESB, ii) Coleta de água do Lago Paranoá. O **Presidente André Lima** solicitou que fosse feita uma proposta com foco da discussão ora apresentada para discutir o assunto. O **Conselheiro Montenegro/ABES-DF** propôs reunião preparatória, convidando a DIVAL e a CAESB/Departamento da Qualidade de Águas da CAESB e após, levar o assunto para a Câmara Técnica do CRH para aprimorar a discussão. O **Presidente** submeteu a proposta do **Conselheiro Montenegro** à votação, o que foi aprovado por unanimidade. A **Conselheira Regina Fittipaldi /Fórum de ONGs** agradeceu pela apresentação, e disse ser muito importante para a Sociedade Civil saber o que o Governo está articulando, com o propósito de identificar estratégias para lidar com o desafio apresentado. A **Conselheira** apresentou o exemplo da Comunidade Granja do Ipê, onde tem duas escolas que desenvolvem projetos e o Programa Movimento Diálogos Granja do Ipê, em parceria com o IBRAM e SEMA, no intuito de criar consciência de pertencimento e preservação da área e dos poços de água ali existentes. Trouxe à tona a questão da quantidade e qualidade da água, dizendo não ter importância a quantidade sem qualidade. A **Conselheira** perguntou se existe a preocupação da gestão pública com a questão da quantidade e qualidade da água para as crianças das escolas, de forma a não faltar água nas escolas. Informou que dia 30 de maio serão lançadas duas cartilhas, naquela comunidade, e convidou a todos para estarem presentes no evento, que serão: Guia da ARIE Granja do Ipê, e Cartilha Biodetetives (cartilha feita pelos alunos das escolas da comunidade). O **Senhor Alexandre Ribeiro/Casa Civil** informou que o abastecimento de água nas escolas é um trabalho coordenado pela Defesa Civil. Lembrou que a captação de água tem que ser feita pela CAESB e que os caminhões pipas precisam ser monitorados e fiscalizados. O **Presidente** alertou que esse assunto voltará a ser tratado neste Conselho para maiores informações ao Plenário. A **Conselheira Regina Fittipaldi /Fórum de ONGs** observou que o abastecimento tratado pelo **Senhor Alexandre Ribeiro** atinge apenas as escolas públicas. Perguntou sobre as demais crianças do DF, especialmente as que estão nas escolas privadas e as mais carentes. Questionou se existe alguma estratégia de política pública para assegurar que as escolas do Distrito Federal tenham o seu abastecimento preservado. O **Senhor Alexandre Ribeiro/Casa Civil** disse que não tem estratégia para abastecimento das escolas privadas. E eventualmente, os caminhões pipas que vão abastecer as escolas privadas terão que obedecer a regulamentação própria. Há projetos de atendimento do programa de capacitação de abastecimento de água para escolas privadas. Prosseguiu com o **item 1c da pauta**. O **Presidente** informou que o Relatório de Autoavaliação do PROGESTÃO/CTPA já havia sido apresentado a este Conselho e naquele momento houve a necessidade de ajustes. Ficou definido que o mesmo fosse ajustado e retornasse a este Plenário para possível

aprovação. Em seguida, passou a palavra à Subsecretária de Serviços Ecosistêmicos da SEMA, senhora **Nazaré Soares**, que informou que a SEMA e ADASA iriam analisar o documento e fazer as adequações sugeridas e após enviar para a Câmara Técnica para apreciação e posterior retorno ao Conselho. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro **Montenegro/ABES-DF** que proferiu a apresentação do ponto de pauta e ressaltou que o trabalho foi facilitado porque houve um prévio entendimento, tentando minimizar divergências entre as redações propostas pela SEMA e ADASA, em alguns tópicos, de modo que, quando foi feita a reunião da Câmara Técnica, tinha exatamente três pontos onde ainda havia algum tipo de divergência. Disse que a Câmara se reuniu, examinou as sugestões de redação de parte a parte e a análise dos textos, chegando a um acordo satisfatório pelos membros presentes naquele momento. Informou que as sugestões de redação aprovadas na Câmara foram encaminhadas para a Secretaria do Conselho de Recursos Hídricos para que sejam incorporadas ao Relatório. O **Presidente André Lima** questionou se o Plenário desejaria fazer alguma observação ao documento. A Subsecretária da SEMA, **Nazaré Soares**, agradeceu a ADASA e a Câmara Técnica pela redação do documento. Sugeriu, sobre o item de Pesquisa e Inovação, citar no relatório o Edital da FAP. Sobre o item de capacitação, sugeriu citar que o desafio ainda permanece de ampliar um processo de capacitação para o sistema de recursos hídricos para o GDF, que envolve o Conselho e outras instituições, dizendo que a forma como está a redação está muito voltada apenas para responder a importância da capacitação para a ADASA. O **Presidente André Lima** disse que o trabalho com a FAP é fruto da busca cada vez mais de convergências e integração entre os órgãos. Lembrou que a FAP lançará novo edital sobre cidades resilientes, no qual, também será tratada a questão água. A **senhora Érica/ADASA** informou que, sobre o curso de capacitação deve ser envolvido todo o Sistema. Disse que a ANA deu um curso chamado Desenvolve RH, no qual servidores da SEMA e do IBRAM participaram, e o ideal seria que essas mesmas pessoas pudessem preencher a documentação, que é individual. O **Conselheiro Sérgio Ribeiro /SEMA** informou que o edital da FAP foi aprovado, mas o recurso só saiu em março e abril de 2017, para realização dos projetos, válidos por dois anos, tratando das mais diversas frentes ligadas ao sistema da água. Informou ser oportuno a inserção, no âmbito do Projeto JEF Cidades Sustentáveis, um projeto de pesquisa para diagnosticar e um prognosticar a situação do aquífero abaixo do lixão da Estrutural. A senhora **Nazaré Soares** esclareceu que os recursos do JEF são recursos extra orçamentários, que vão sair no segundo semestre de 2017. Em seguida, o Relatório de Autoavaliação do PROGESTÃO/CTPA foi submetido à apreciação, aprovado pelo Plenário. Prosseguiu com o **item 1d da pauta**. O **Presidente** informou que o Ministério Público instou o CRH a dar respostas a respeito de uma informação dada pela CAESB e ADASA sobre a carência de uma norma geral de outorga no DF, dizendo que a outorga é um dos principais instrumentos de gestão de recursos hídricos. Disse que esse pedido do Ministério Público reforça a necessidade do enfrentamento da questão hídrica. Informou que será enviada cópia aos Conselheiros da resposta ao Ministério Público. Informou que foi enviada a ADASA, ao final de 2016 a solicitação de informações do resultado da Audiência Pública realizada pela ADASA, para revisão da norma de outorga e até o momento a ADASA não forneceu. O **Presidente** reforçou o pedido à ADASA para o envio do material. O **Presidente** propôs, antes de levar esse debate à Câmara Técnica, que seja criado um Grupo de Trabalho para assessorar a Presidência do Conselho à identificar o foco dessa norma geral e quais problemas e desafios, elaborar o esboço de proposta que será levada à Câmara Técnica. Disse que muitos debates já vem sendo feita no âmbito deste Conselho. O **Presidente** informou que essa norma geral de outorga deve ser mais um instrumento de integração entre o ato autorizativo de outorga e o de licenciamento, da gestão ambiental e da gestão de recursos hídricos. O Grupo de Trabalho de apoio à presidência será coordenado pela

Secretaria Executiva. Em seguida, consultou quais instituições farão parte do Grupo de Trabalho. Se dispuseram a compor o GT: Fórum de ONGs (**Mourão/Fórum de ONGs**), CAESB (**Maria do Carmo**), IBRAM (a ser indicado), ADASA (Rafael) e Comitê de Bacias do Paranoá (**Regina Fittipaldi**), tendo como coordenadora a SEMA (**Nazaré Soares**). Outras pessoas com expertise na questão de outorga e outras instituições poderão compor o GT. Foi proposto que o professor Dalvino Troccoli Franca (ex diretor da ANA e hoje na CODEVASF) participe dos trabalhos. O GT terá prazo de três meses para realização de seus trabalhos. Foi definido que será realizada uma oficina de trabalho com a participação de convidados e especialistas sobre o tema. Sobre a participação do CRH no CNRH a **senhora Nazaré Soares** informou que esse tema foi incluído novamente na pauta, mas a análise do assunto não foi finalizada, e propôs chamar todos os Conselheiros atuais, que estão representando o Conselho nas Câmaras Técnicas e GTs do Conselho Nacional para fazer um alinhamento e confirmar mesmo quem está e quem não está envolvido no trabalho, porque está havendo muita dificuldade em se manter essa participação no Conselho Nacional de uma forma qualificada, inclusive pensar o retorno disso para uma discussão dentro do próprio Conselho. **Item 2. Informes.** A **Conselheira Regina Fittipaldi /Fórum de ONGs** informou que houve o 5º Encontro Formativo de Educação Ambiental. A oradora informou que naquele evento foi proposto que o CRH convidasse o Comitê de Bacia do Paranoá para apresentar para o CRH de que forma ele entende o seu papel e como pode desempenhar na mediação de conflitos relativos à questão da expansão do Taquari. O **Presidente** disse ser favorável com a proposta, no entanto, ressaltou que não deve ser o CRH a instar os Comitê de Bacias sobre qual é a resposta dele em relação a questão de conflitos de recursos hídricos, mas que isso deve ser uma iniciativa do Comitê de Bacias. Por isso, o **Presidente** recomendou que esse assunto seja pautado no Comitê de Bacias, e que seja feita gestão junto ao presidente do Comitê de Bacias para que ele traga o assunto ao CRH, e o CRH abra essa pauta provocado pelo Comitê de Bacias, pois o CRH é uma instância recursal em relação ao Comitê de Bacias. O **item 2a** foi retirado de pauta. Não havendo mais considerações, o presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os Conselheiros presentes e, posteriormente, publicado seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.